

URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA: A EXTENSÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRODUÇÃO AO ENTORNO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE

Lucas Linhares¹
Felipe Nunes Coelho Magalhães²
Roberto Luis de Melo Monte-Mór³

INTRODUÇÃO

A configuração da rede de cidades em um dado contexto regional transforma-se paulatinamente conforme a dinâmica do capital no espaço. Como nos é sabido por meio do legado de Jean Lojkine, “as formas de urbanização são antes de mais nada formas de divisão social (e territorial) do trabalho”⁴, que obedecem aos ditames do progresso técnico e às leis de acumulação do capital. Assim, a urbanização (do território e da sociedade) avança na medida da penetração do capitalismo industrial em um determinado contexto espacial. Em tempos recentes, a modernização tecnológica associada ao meio técnico-científico-informacional (MTCI)⁵ permite uma fluidez cada vez maior sobre o espaço, intensificando a prevalência dos nexos econômicos sobre a dinâmica urbana. Os elementos do MTCI, cristalizados de forma importante na infraestrutura de transportes e comunicações, permite grande mobilidade de fatores de produção e de mercadorias pelo território, favorecendo uma divisão inter-regional do trabalho mais intensa, acompanhada *pari passu* por uma intensificação da urbanização.

Em Minas Gerais, o fenômeno econômico-espacial supra citado se evidencia a partir da *explosão*⁶ de Belo Horizonte enquanto núcleo (*lugar central*⁷) estruturante da

¹ Mestrando em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG. e-mail: lucas@cedeplar.ufmg.br.

² Bolsista Iniciação Científica PROBIC/FAPEMIG. e-mail: felipe@cedeplar.ufmg.br.

³ Professor Adjunto do CEDEPLAR/UFMG. e-mail: montemor@cedeplar.ufmg.br.

⁴ LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

⁵ O conceito de *meio técnico-científico-informacional*, tomado à obra de Milton Santos (1988, 1993), denota a superposição ao território de engenharias que conferem maior fluidez aos agentes produtores do espaço urbano, favorecendo a integração de mercados e a flexibilização de espaços econômicos. Tal conceito será retomado em seções subsequentes.

⁶ O termo *explosão* é tomado emprestado à Henri Lefebvre (1999, 2001), denotando o espraiamento do fenômeno urbano, o avanço da cidade sobre a não-cidade, ocasionados mormente pela penetração e disseminação do capitalismo industrial.

⁷ O termo *lugar central* é inspirado na obra clássica de Walter CHRISTALLER (1966), que procura entender a organização da rede de cidades partindo de uma idéia geral de *centralidade*. A centralidade é proporcional ao conjunto de funções centrais que uma região apresenta. Como resultado, a rede urbana se

rede de cidades mineiras e pólo organizador da economia estadual, embora alcance um horizonte territorial limitado, como veremos adiante. Já nos anos 1940, no contexto da industrialização do Brasil como um todo, Belo Horizonte assistiu a seu primeiro processo de *explosão*, caracterizado pelo avanço da capital mineira sobre os municípios vizinhos, lançando as bases para um crescimento industrial organizado ao longo do eixo oeste de expansão metropolitana, em torno da rodovia BR-381 e tendo os municípios conurbados de Betim e Contagem como protagonistas. O processo de metropolização se consubstanciou e ganhou contornos sólidos durante os anos 1970, quando foi reconhecida e formalizada a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Contudo, a capital mineira (ou mais precipuamente a metrópole), não obstante tenha adquirido um caráter político-econômico pleno por desempenhar a um só tempo os papéis de sede do aparelho burocrático estatal, do capital comercial e do sistema produtivo; ainda hoje não dispõe de densidade econômica suficiente para polarizar o conjunto do estado, deixando faixas substanciais de seu território sob a influência de São Paulo, Rio de Janeiro ou mesmo do macro-pólo da região Centro-Oeste (LEMOS et alli, 2000).

A intensificação da urbanização ensejada pela presença marcante e extensão constante das relações de produção (capitalistas) urbano-industriais por todo o espaço, favorecida pelo MTCI, teve como contrapartidas o avanço do tecido urbano para além das cidades e a geração e integração de novas centralidades urbanas, num processo econômico-espacial que ganha abrigo conceitual na idéia de *urbanização extensiva* (MONTE-MÓR, 1994). A urbanização extensiva pode então ser tratada enquanto resultado-síntese dos processos de explosão da cidade e extensão do MTCI pelo espaço. Tal processo, ao lubrificar os pistões do motor capitalista – metáfora emprestada à mecânica que observa toda a dimensão orgânica do fenômeno – por meio da disseminação das relações sociais capitalistas, trouxe em seu bojo (enquanto virtualidade) a extensão das *condições gerais da produção*⁸ a todo o espaço, o que favorece a aceleração do processo de acumulação.

configura como superposição de células (cujo núcleo é o lugar central plasmado por uma região complementar) com diferentes níveis de centralidade.

⁸ O termo *condições gerais da produção* tem origem n' *O Capital*, obra seminal de Karl Marx, tendo sido desenvolvido e sofisticado proficuamente por Jean Lojkine, mormente no que tange à sua aplicação às questões urbanas. O conceito, que denota a aglomeração espacial dos meios de produção, dos meios de circulação material e dos meios de consumo coletivos, além das relações trabalhistas, jurídicas, financeiras, entre outras, será retomado posteriormente.

A hipótese inerente a este trabalho deriva da aplicação dos conceitos fundamentais acima mencionados enquanto um arcabouço teórico relevante e um instrumental analítico adequado para pensar o fenômeno econômico-espacial vigente na zona de influência de Belo Horizonte, qual seja, um relativo ganho de autonomia dos municípios do *entorno metropolitano*⁹ em relação à metrópole, propiciado pela extensão das condições gerais da produção aos municípios de menor porte, favorecida pelo advento do meio técnico-científico-informacional. O processo de urbanização extensiva leva a efeito a primazia do setor de serviços, capaz de determinar a densidade urbana de uma cidade, com impactos importantes sobre o padrão locacional das atividades econômicas e sobre o desenho e o caráter da polarização urbana. Sugere-se assim uma desconcentração econômica ao nível microespacial, caracterizada pela emergência de novas centralidades no entorno metropolitano, que ganham relativa autonomia em relação ao macro-pólo de Belo Horizonte no que tange à provisão de bens e serviços centrais, redefinindo a estrutura hierárquica da rede de cidades a partir de um aumento do peso relativo das economias de cidades de menor porte polarizadas pela capital mineira.

Dados referentes ao PIB Municipal de 2000 revelam que o crescimento econômico nas microrregiões de cidades de menor porte no interior do Estado de Minas Gerais ultrapassa o da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e estas cidades ganham importância relativa enquanto centralidades urbanas polarizadoras de regiões em seu entorno imediato. Tal dinâmica altera a rede de cidades como um todo, afetando o papel das metrópoles como centros superiores na oferta de bens e principalmente, serviços.

DA EXPLOSÃO URBANA AO ENTORNO METROPOLITANO

A industrialização figura como um fator-chave que desencadeou profundas modificações na produção do espaço metropolitano no Brasil do século XX. O crescimento econômico e o avanço do capital industrial expandiram suas conseqüências ao conjunto do território. O campo ou a não-cidade se integrou à indústria e aos produtos de consumo dessa indústria. O tecido urbano vem proliferando enquanto

⁹ O recorte regional que conforma o escopo deste estudo, aqui denominado *entorno metropolitano*, abrange municípios pertencentes a três mesorregiões geográficas definidas em LEMOS et alii (2000), quais sejam, Belo Horizonte, Divinópolis e Ipatinga. O recorte regional será explicitado com detalhes posteriormente.

conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre a não-cidade (LEFEBVRE, 1999). A indústria fez a cidade explodir, estendeu-a desmesuradamente. Nesse sentido, a grande cidade explodiu, abrindo espaço para uma urbanização extensiva que tomou de assalto periferias mais ou menos distantes, incorporando o âmbito da ruralidade.

Como já mencionado, no que tange à Belo Horizonte, o processo de metropolização se consolidou já na década de 70 do século passado, ao longo da qual a metrópole apresentou uma taxa média anual de crescimento populacional de 4,7%, de sorte que em 1980 a população metropolitana alcançara magnitude superior a 2,5 milhões de habitantes. Desde então a metrópole e o *modus vivendi* urbano vêm se derramando sobre as regiões circunvizinhas e também sobre espaços regionais mais distantes.

Desta forma, a industrialização trouxe consigo os elementos do meio técnico-científico, bem como os mecanismos de sua dispersão pelo espaço regional, num processo de urbanização extensiva através do qual o tecido urbano avançou sobre o antigo espaço rural, redefinindo-o e integrando-o ao sistema urbano-industrial centrado nas aglomerações metropolitanas e centros urbanos principais. O espraiamento do meio técnico-científico-informacional permite a extensão das condições gerais da produção a espaços mais amplos, abrindo janelas de oportunidades para o adensamento econômico do interior do estado. Com vistas a avaliar a extensão das condições gerais da produção ao interior do estado, o presente trabalho realizou um recorte regional: elegeu-se como escopo espacial deste estudo uma região composta por três mesorregiões polarizadas por Belo Horizonte, a saber, Divinópolis e Ipatinga, além da própria mesorregião de Belo Horizonte, conforme a Geografia Econômica proposta em LEMOS et alli (2000).

A partir desse recorte regional, doravante denominado *Entorno Metropolitano*, pretende-se apontar os efeitos do processo de urbanização extensiva enquanto indutor de um adensamento econômico nessa região. Dentro do entorno metropolitano e com base na Teoria do Lugar Central¹⁰, fez-se uma análise mais acurada dos municípios com população superior a 50 mil habitantes e das chamadas “cabeças” de microrregião, onde a densidade de localização da população e das atividades econômicas é substancial e apresenta tendência de crescimento, configurando-os como centralidades emergentes.

¹⁰ A clássica Teoria do Lugar Central, de autoria de Walter Christaller, constitui uma das mais profícuas contribuições ao estudo das redes de cidades. CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice Hall, 1966.

Posteriormente, realizar-se-á uma avaliação da oferta de serviços centrais nessas centralidades emergentes que poderá atestar a presença das condições de gerais de produção, economias de urbanização e, por conseguinte, sua capacidade de polarização urbana.

O entorno metropolitano é composto por 281 municípios que constituem as mesorregiões de Belo Horizonte, Divinópolis e Ipatinga, conforme o mapa 1 na página seguinte.

URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E CONDIÇÕES GERAIS DE PRODUÇÃO NO ENTORNO METROPOLITANO

Uma cidade, bem como a inter-relação entre cidades de modo a conformar uma rede ou uma região, deriva sua densidade urbana da oferta de bens e serviços centrais e da abrangência, no espaço, da curva de demanda correspondente a tal oferta, ou seja, sua área de mercado (LÖSCH, 1954). A densidade urbana é assim a medida dos fluxos econômicos inter e intra-regionais que a região comporta, capazes de alavancar um processo de realimentação do adensamento do lugar central estruturante dessa dada região. O fator primordial que determina o grau de integração entre regiões é a capacidade de estabelecer bases exportadoras regionais, decorrentes da exploração de suas vantagens comparativas (NORTH, 1977). As relações econômicas intra-regionais, por seu turno, são alimentadas mormente pela ampliação da oferta de serviços capazes de estimular o desenvolvimento de economias de urbanização. Destarte, os sistemas urbanos se hierarquizam conforme um gradiente de importância ou níveis de centralidade: os lugares centrais de maior ordem se especializam na oferta e exportação inter-regional de bens e serviços centrais de ordem elevada, ao mesmo tempo que se mostram primazes na exploração de economias de urbanização, atraindo ou polarizando, via oferta de funções centrais, seu entorno imediato (região complementar) de menor importância econômica.

Em Minas Gerais, a partir da catálise do processo de explosão vivenciado por Belo Horizonte, determinado pela substantiva penetração das relações capitalistas urbano-industriais no *modus operandi* da economia, verificou-se o avanço contínuo do tecido urbano pelo eixo de expansão industrial metropolitano. Historicamente, inserindo

o fenômeno ocorrido em Minas no contexto dos acontecimentos concernentes ao macro-espaço nacional, esse avanço do tecido urbano mineiro coincidiu com os esforços do Governo de Juscelino Kubitschek em promover a integração territorial da economia nacional pela produção intensiva e extensiva do espaço urbano. A gênese e a expansão de uma infra-estrutura de transportes e comunicações, atreladas à adoção de formas capitalistas de trabalho e produção, permitiram a formação embrionária de um mercado interno. A opção pelo transporte rodoviário priorizou a construção da malha de estradas (um dos elementos fundamentais do meio técnico-científico), que acabou por nortear os eixos de expansão urbana e econômica. O desenvolvimento rodoviário desempenha papel importante para a integração do mercado e para o processo de desconcentração relativa das atividades econômicas. Data da década de 1920 um plano rodoviário radial para Minas Gerais, no contexto dos primeiros esforços por integrar as várias regiões do estado a partir de Belo Horizonte (DINIZ, 1987). Não por acaso, a economia mineira e a rede mineira de cidades se organiza ao longo e em torno de vetores de expansão urbana conduzidos pelas rodovias principais e vias estruturantes que realizam a comunicação inter-regional. No contexto do desenvolvimento capitalista, o desenvolvimento dos transportes significa queda de custos e possibilidade de alargamento de mercados, além de intensificar a divisão inter-regional do trabalho¹¹. Assim, a expansão do meio técnico-científico e o desenvolvimento capitalista industrial são partes de um mesmo processo. As melhorias dos transportes e das comunicações, atreladas à extensão das condições gerais da produção, representam maior eficiência dos meios de circulação material, redução de gastos com a circulação de mercadorias, e fazem crescer a produtividade pelo aumento da velocidade de rotação do capital. Tal velocidade atinge seu ápice quando o capital se desdobra no espaço a partir dos serviços informacionais contemporâneos, que permite desde o acesso a informações em tempo real até a efetivação de transações econômicas à distância, num mercado sem limite.

Em Minas Gerais, a presença e o avanço do meio técnico-científico, superposto ao meio geográfico natural, imprimiu uma nova dinâmica econômica e promoveu uma maior integração territorial, ou seja, verificou-se uma mecanização do território que gerou impactos profundos e continuados sobre a organização espacial, processo cuja importância vem recrudescendo nos anos recentes.

¹¹ Cabe salientar que o desenvolvimento dos transportes e das comunicações são antes um mecanismo

Em suma, as engenharias criadas e superpostas à natureza transformaram os elementos econômicos da vida material, quais sejam, produção, circulação e consumo. A cidade sob a égide do capital e o *modus vivendi* urbano permearam o interior do estado, invadiram o âmbito rural ou não-urbano, subordinando-o, incutindo-lhe seu sentido, sua forma, sua função. O potencial de desconcentração urbana e econômica requer para sua viabilização o desenvolvimento da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações¹², de forma a estimular o movimento do capital no espaço. A urbanização (extensiva) extrapolou os limites da metrópole industrial, estendendo-se pelo espaço regional conforme as relações de produção e as forças produtivas capitalistas criaram condições sócio-espaciais requeridas para a acumulação continuada.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), assim como no entorno metropolitano, verificou-se ao longo da década de 1990 um incremento da população urbana (vide mapas 2 e 3 a seguir) concomitante a uma redução substancial da população rural. Dados do IBGE revelam que Belo Horizonte apresenta população rural e PIB agropecuário nulos no ano de 2000. Conforme pode-se visualizar nos mapas abaixo, ao longo da década de 1990, a RMBH (excluindo Belo Horizonte) sofreu um importante aumento do grau de urbanização, que eleva-se de 60% para 82%, ao passo que a população rural se reduz à metade. No entorno metropolitano, o grau de urbanização passa de 56% para 73%, revelando o alcance do processo de urbanização extensiva¹³. Em termos absolutos, no entorno metropolitano, a população urbana apresentou um crescimento da ordem de 600 mil pessoas, enquanto a população rural decresceu em cerca de 200 mil pessoas durante a década de 1990¹⁴.

retroalimentador do desenvolvimento econômico do que um mecanismo indutor desse desenvolvimento.

¹² A próxima seção esboça alguns dados acerca da infra-estrutura moderna de comunicações (tais como provedor de acesso à internet, TV a cabo, telefonia celular) presente nas centralidades emergentes do entorno metropolitano.

¹³ É mister ressaltar que o processo de extensão das variáveis modernas associadas ao meio técnico-científico-informacional não se dá de forma homogênea em todos os níveis e subsistemas do sistema urbano. Como salienta SANTOS (1979), esse fenômeno incompleto é típico de países subdesenvolvidos, onde as características sócio-espaciais desiguais representam atritos à propagação do MTCI. Não obstante, é plausível falar da extensão do MTCI ao conjunto do território enquanto virtualidade.

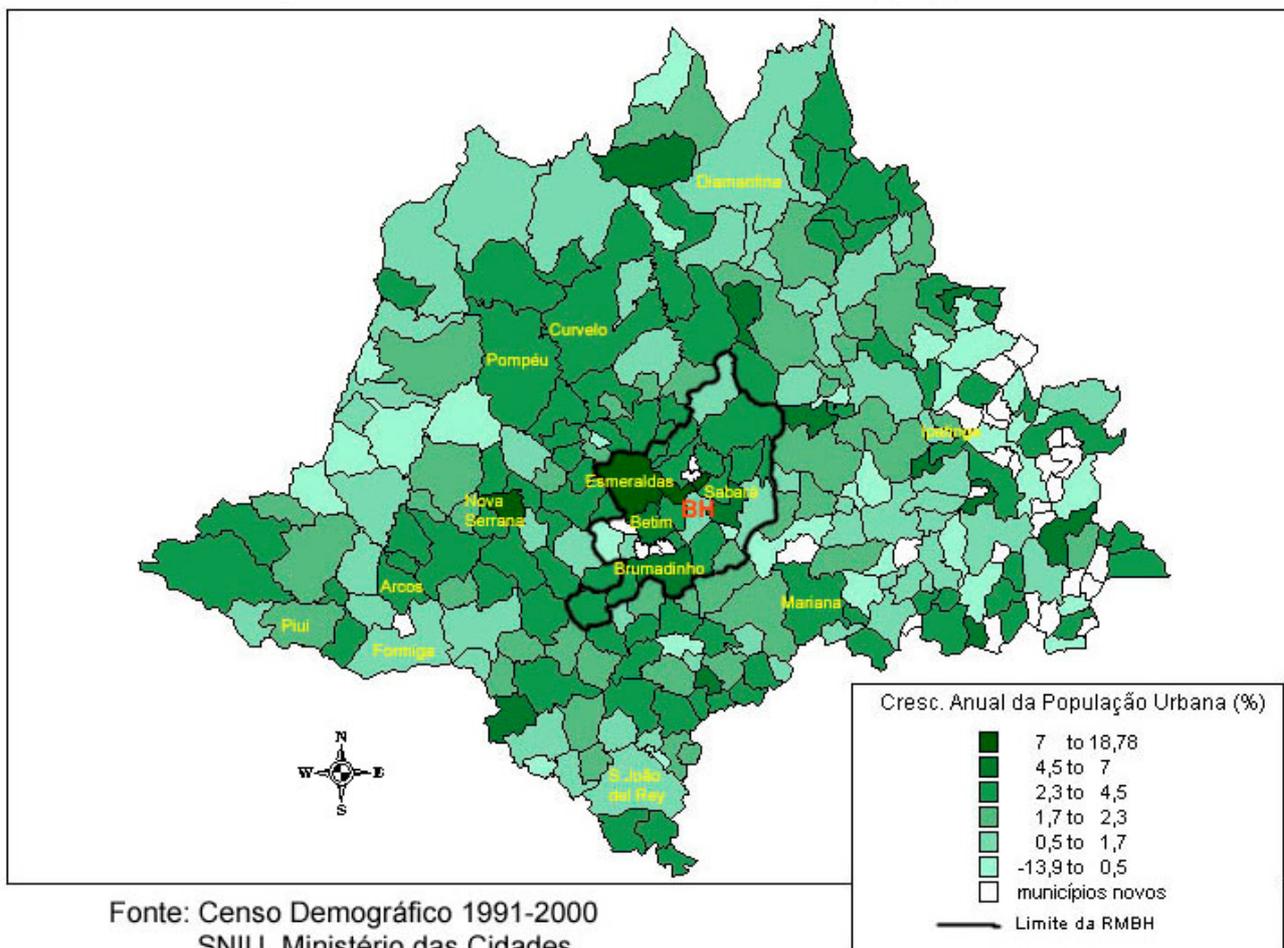
¹⁴ Cumpre ressaltar que a “população urbana” não inclui todas as formas de urbanização extensiva e, por outro lado, parte da população urbana referida nos Censos Demográficos resulta de uma mudança contemporânea nos conceitos legais das áreas consideradas urbanas que hoje, além dos perímetros urbanos das cidades e das sedes distritais incluem também “áreas urbanas isoladas”, áreas de extensão urbana”, como também “núcleos rurais” e outras novas categorias criadas para abarcar a mutante realidade urbano-rural (MONTE-MÓR, 2003).

Assim, a partir da consolidação desse processo de urbanização extensiva ao entorno metropolitano, que tem como ponto nodal a metrópole explodida, é possível falar em extensão das condições gerais da produção a esse dado espaço regional. O efeito integrador do meio técnico-científico teve como resultado a ampliação do tecido urbano, concatenado a um alcance mais amplo das condições gerais da produção, criando as bases para transformações econômico-espaciais pautadas pela emergência de novas centralidades no entorno metropolitano, que também explodem sobre suas regiões imediatas de influência. A urbanização intensificada e estendida sobre espaços regionais mais amplos por meio das redes de transportes, comunicações e serviços gerou e articulou espacialidades distintas, redirecionando em alguma medida os fluxos econômicos no espaço, requalificando a estrutura da rede de cidades.

As condições gerais da produção (CGP) dizem respeito à aglomeração espacial dos meios de produção e dos meios de circulação material, além dos meios de consumo coletivo. Os meios de circulação material (meios de comunicação e de transporte) participam das condições gerais da produção tendo em vista que representam um prolongamento do processo produtivo, acrescentando valor de uso ao produto por transformá-lo de mercadoria potencial em mercadoria real, efetivamente entregue ao mercado de consumo. Os meios de circulação material entram, portanto, na esfera do consumo produtivo (LOJKINE, 1981).

Lojkine define a cidade capitalista como resultado da socialização das condições gerais da produção, que conduz à aglomeração urbana e à hierarquização do espaço conforme seja mais ou menos acentuada a presença das CGP. Desta forma, “a armação urbana, (...) aparece então antes de tudo através de sua rede de cidades (...) como uma distribuição social e espacial das diferentes condições gerais da produção” (LOJKINE, 1981: 149).

Mapa 2: Taxa Média Anual de Crescimento da População Urbana



O avanço das CGP sobre parcelas mais amplas do território, tal como verificado em Minas Gerais, deriva sua utilidade tecnológica da redução do tempo social não produtivo, que acelera e intensifica o processo de acumulação de capital.

Por outro lado, desempenhando um papel peculiar no processo de acumulação, encontram-se os meios de consumo coletivo, cujo valor de uso é coletivo, dirigem-se a satisfazer necessidades sociais e podem ser exemplificadas pelas atividades de ensino, pesquisa científica, saúde, transportes coletivos, dentre outras. A princípio, pareceria equivocado incluir meios de consumo nas condições gerais da produção. No entanto, os meios de consumo coletivo acabam por estabelecer uma relação de complementaridade tecnológica com o processo de trabalho e com o processo de valorização, uma vez que são elementos essenciais para a reprodução da força de trabalho. Com efeito, embora os

meios de consumo coletivo não acrescentem nenhum valor ao processo de produção propriamente dito, realiza uma função mediadora e participa das condições gerais da produção. Assim, na cidade capitalista, os meios de consumo coletivo se somam aos serviços enquanto realizadores de um trabalho improdutivo, cujo resultado caracteriza-se pela imobilidade espacial, cristalizando o capital no espaço, determinando o grau de centralidade. O anexo a este trabalho expõe alguns dados sobre a disponibilidade de bens e serviços urbanos centrais que servem à reprodução da força de trabalho. Tais dados esboçam a dinâmica de crescimento da presença de tais serviços no entorno metropolitano. No que tange particularmente aos meios de consumo coletivo, o anexo apresenta dados acerca da evolução do número de matrículas em ensino superior, um serviço de elevada ordem de centralidade cuja presença vem crescendo substancialmente no entorno metropolitano nos anos recentes.

A cidade (e seu desdobramento em centro urbano, como veremos na seção seguinte) é assim definida fundamentalmente pelos meios de consumo coletivo e pelos meios de circulação material, que permitem a aproximação das fases distintas do processo de produção. Em outros termos, o nível de centralidade é determinado pelo meio técnico-científico, em que pese sua capacidade de reduzir os requerimentos de escala para a oferta de funções centrais em cidades de portes variados. A disponibilidade de meios de consumo coletivo, bem como a presença marcante do setor serviços, são resultados da expansão do capital no espaço, seguindo a tendência de aumento da produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção e são ainda, contraditória e simultaneamente, manifestações da cristalização do capital, indicadoras de densidade urbana. Os serviços têm alto poder de centralidade e o nível de terciarização é um bom indicador da capacidade de polarização urbana (LEMOS et alli, 2000). “À medida que o espaço econômico tende a se organizar no entorno de vários lugares centrais, com suas várias áreas de mercado, está aberta a possibilidade de reprodução de regiões e desenvolvimento de economias regionais com níveis diferenciados de integração econômica” (LEMOS et alli, 2000: 6)

Desta forma, uma análise da importância do setor serviços nos municípios de menor porte do entorno metropolitano, primordialmente naqueles que constituem centralidades emergentes, pode revelar bons indícios que corroboram a socialização

efetiva das condições gerais da produção, das quais a urbanização extensiva é componente essencial.

DA CIDADE AO CENTRO URBANO: A PRIMAZIA DOS SERVIÇOS

A explosão da cidade-metrópole e a conseqüente extensão de aspectos da realidade sócio-espacial e econômica intrínseca aos grandes centros metropolitanos ao seu entorno pode ser lida também como uma acentuação do caráter *urbano* das cidades pequenas e médias situadas na área de tal extensão. Tal acentuação, e mesmo transformação, se dá no sentido de que as cidades menores deixam aos poucos de ser simples “cidades”, contidas em si mesmas e organizando apenas o espaço municipal imediato, para aprofundar as características que as tornam cada vez mais “centros urbanos”, isto é, lugares centrais de comércio e serviços, lócus de um terciário que atende a espaços sub- ou micro-regionais cada vez mais amplos¹⁵. Pode-se então identificar, além da urbanização extensiva sobre espaços rurais e regionais, algumas das características próprias dos centros urbanos que passariam a não ser mais exclusivas às cidades industriais, metrópoles e grandes centros mercantis regionais, progressivamente identificadas em cidades de médio e pequeno porte, como resultado da dinâmica de extensão da urbanização. Dentre tais aspectos, pode-se tomar o setor de serviços como um indicador para verificar a dinâmica do centro urbano que vem se formando como resultado dos processos anteriormente ressaltados. Como resultado da dinâmica de aglomeração urbana, é evidente o fato de que o PIB per capita do setor terciário é muito maior no centro metropolitano do que nas centralidades emergentes. Este fato revela não somente o maior aprofundamento do caráter especializado e avançado dos serviços prestados no grande centro urbano metropolitano (com mão de obra mais qualificada, e englobando também um peso significativo de atividades político-administrativas), mas também o fato de que este exporta serviços à região polarizada em seu entorno. Haveria, assim, uma tendência a ser verificada, qual seja, um maior crescimento relativo do PIB terciário per capita nas centralidades emergentes em relação ao centro metropolitano, uma vez que as centralidades emergentes no entorno metropolitano se tornam relativamente menos dependentes da capital enquanto lugar central ofertante de

¹⁵ Essa transformação de ‘cidade’ em ‘centro urbano’ pode ser comparada à transformação da cidade política em cidade mercantil, proposta por Lefèbvre (1999) em seu continuum da cidade política ao urbano (zona crítica).

serviços. Constatam-se pelas tabelas 1 e 2, abaixo, que as centralidades emergentes no entorno metropolitano apresentam uma participação superior à Região Metropolitana de Belo Horizonte (excluída a capital). Tomando os dados para a capital, constatamos que a participação relativa do PIB municipal do setor de serviços de Belo Horizonte em relação ao total do PIB terciário mineiro reduz de 35% para 30%, o que revela efeitos de deseconomias de aglomeração e perda de participação relativa para o entorno.

TABELA 1: Participação do PIB Terciário Municipal em relação ao PIB Terciário Estadual – Região Metropolitana de BH* – Minas Gerais - 1991-2000

MUNICÍPIOS	PIB 1990**	Participação	PIB 2000**	Participação
Betim	7.661,78	1,56%	935.587.904,70	1,96%
Contagem	16.319,93	3,31%	1.684.508.622,47	3,53%
Ibirité	857,44	0,17%	195.526.028,55	0,41%
Nova Lima	1.918,57	0,39%	210.405.395,56	0,44%
Pedro Leopoldo	1.335,49	0,27%	159.702.913,50	0,34%
Ribeirão das Neves	1.315,33	0,27%	344.406.671,51	0,72%
Sabará	1.462,64	0,30%	181.317.175,13	0,38%
Santa Luzia	2.279,55	0,46%	260.144.236,60	0,55%
Vespasiano	1.201,19	0,24%	143.971.212,94	0,30%
Total	34.351,93	6,98%	4.115.570.160,96	8,63%

Fonte: Fundação João Pinheiro

*Esta tabela contém apenas os municípios da RMBH com mais de 50 mil habitantes, conforme critério adotado em nosso recorte regional.

**PIB a preços correntes.

A distinção entre um centro urbano e uma cidade, tal como aqui utilizada, é feita por LEMOS (1988), que se baseia no fato de que o primeiro apresenta um setor de serviços com maior peso e maior participação na economia local, de modo que um determinado *processo de urbanização* implica necessariamente uma *terciarização* da economia:

“... é importante a distinção entre cidade e centro urbano. O conceito de cidade envolve uma concepção geográfico-populacional, enquanto por ‘urbano’ ou urbanização entendemos um processo – capitalista – de formação do ‘complexo de serviços’” (LEMOS, 1988: 216).

“(...)podemos afirmar que o conceito de urbanização confunde-se com o de terciarização e que consiste na gradual, embora

progressiva, mercantilização do setor serviços. E (...) dada sua restrição espacial, os serviços, na medida em que se desenvolvem capitalisticamente, trazem necessariamente um movimento de urbanização, isto é, concentração de atividades terciárias nas cidades.” (LEMOS, 1988: 288 – grifo do autor).

TABELA 2: Participação do PIB Terciário Municipal em relação ao PIB Terciário Estadual – Entorno Metropolitano – Minas Gerais - 1991-2000

MUNICÍPIOS	PIB 1990*	Participação	PIB 2000*	Participação
Bom Despacho	1.038,87	0,21%	100.055.217,25	0,21%
Caratinga	1.893,81	0,38%	153.455.444,77	0,32%
Conc. Mato Dentro	192,83	0,04%	23.088.857,46	0,05%
Cons. Lafaiete	2.423,42	0,49%	230.459.897,55	0,48%
Cel. Fabriciano	2.333,03	0,47%	220.807.329,04	0,46%
Curvelo	1.587,90	0,32%	146.262.912,84	0,31%
Diamantina	816,62	0,17%	83.074.945,63	0,17%
Divinópolis	5.307,10	1,08%	509.068.687,60	1,07%
Formiga	1.741,15	0,35%	152.807.644,59	0,32%
Guanhães	604,07	0,12%	55.690.196,31	0,12%
Ipatinga	7.787,68	1,58%	673.024.982,57	1,41%
Itabira	2.728,65	0,55%	246.293.315,45	0,52%
Itaguara	181,32	0,04%	18.869.733,36	0,04%
Itaúna	2.307,01	0,47%	200.154.036,67	0,42%
João Monlevade	2.080,90	0,42%	179.811.732,58	0,38%
Manhuaçu	1.561,87	0,32%	144.098.496,70	0,30%
Oliveira	1.012,00	0,21%	73.630.678,88	0,15%
Ouro Preto	2.692,15	0,55%	186.546.334,75	0,39%
Pará de Minas	1.820,98	0,37%	170.060.058,08	0,36%
Piumhi	559,93	0,11%	60.982.362,23	0,13%
Ponte Nova	2.217,55	0,45%	157.247.544,55	0,33%
São João del Rei	1.714,30	0,35%	199.722.205,57	0,42%
Sete Lagoas	5.006,90	1,02%	457.851.620,12	0,96%
Timóteo	2.910,34	0,59%	199.165.369,11	0,42%
Três Marias	656,23	0,13%	63.167.995,07	0,13%
Total	53.176,65	10,80%	4.705.397.598,72	9,87%

Fonte: Fundação João Pinheiro

* PIB a preços correntes.

A especificidade dos serviços, que estreita a relação desse setor com a centralidade urbana, está na sua imobilidade espacial. Lemos argumenta que o que cristaliza o capital no espaço, quebrando sua mobilidade espacial, são justamente os serviços (necessários à própria reprodução do capital), compreendidos amplamente em quatro categorias, ligadas (e imprescindíveis) às diversas fases de acumulação e circulação do capital:

1) os serviços de transformação de dinheiro em meios de produção (serviços de transportes e comercialização, que podem ser barateados em centros urbanos complexos);

2) os serviços de transformação de dinheiro em trabalho produtivo (a própria compra e venda de força de trabalho – que também envolve fatores ligados à escala, como a grande disponibilidade de força de trabalho benéfica ao capital e a atonicidade do mercado de trabalho);

3) os serviços de transformação de mercadoria em dinheiro; e finalmente,

4) os serviços ligados à reprodução da força de trabalho (LEMOS, 1988: 283-284).

A partir dessa ótica, observa-se também a necessidade de economias de escala indispensáveis aos serviços demandados pelo capital que somente a aglomeração pode proporcionar. Paul Singer indica que

“os núcleos das áreas metropolitanas, por mais estranho que pareça, não são constituídos por concentrações industriais, mas por *complexo de serviços*. Na configuração urbana típica, o centro metropolitano é formado por um conjunto de serviços de controle (...) ao redor dos quais se organizam outros serviços que atendem necessidades da população. E (...) o que hoje em dia ‘organiza’ a aglomeração urbana é sem dúvida o complexo de serviços, que constitui a sua razão de ser” (SINGER apud LEMOS, 1988: 227).

Partindo da visão de Lemos segundo a qual os serviços constituem a principal restrição espacial à expansão do capital, uma das causas da concentração do capital no espaço sendo a imobilidade dos serviços dos quais o capital depende para se reproduzir, pode-se argumentar que o surgimento, expansão e crescimento de centralidades de menor nível hierárquico no entorno metropolitano modificam tal restrição espacial permitindo relativa desconcentração, ou uma nova concentração baseada em centros menores e menor escala do que a concentração do capital na metrópole. Em outras palavras, de forma análoga à idéia descrita acima (e lhe dando apoio) de que a expansão do Meio Técnico-Científico-Informacional e das Condições Gerais da Produção constrói as bases sobre as quais uma crescente expansão da atividade econômica capitalista pode se assentar acrescenta-se um fortalecimento relativo da oferta de

serviços na região de expansão, constituindo também pré-requisito para novo impulso à “cristalização do capital no espaço”, nas palavras de LEMOS (1988).

Pode-se identificar inclusive a interação entre as dinâmicas de expansão das CGP e do MTCI, e do crescimento do setor de serviços, como fatores complementares, apoiados uns nos outros. Um exemplo desta interação pode ser a restrição que a oferta de serviços impõe à própria expansão das condições descritas acima. O meio técnico científico-informacional, ao aprofundar e espalhar o componente tecnológico e informacional pelo território, aumenta a fluidez do espaço reduzindo o atrito da distância e assim, as distâncias econômicas efetivas em determinada região. Um exemplo é dado por Milton Santos, que aponta uma dinâmica recente paralela à expansão do MTCI, a “migração descendente”, constituída a partir das especializações territoriais que aprofundam a divisão espacial do trabalho, criando necessidades de mão-de-obra qualificada anteriormente exclusivas aos grandes centros urbanos:

“Aumenta a necessidade do trabalho intelectual, que passa a não ser mais o privilégio de algumas regiões, mas tende a se instalar nas mais diversas áreas do país. São exatamente os que se ocupam do trabalho intelectual que freqüentemente saem das áreas mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas e constituem essas migrações descendentes” (SANTOS, 1988: 60).

Assim, uma primeira restrição que poderia se impor a tal dinâmica seria a disponibilidade de serviços ligados à reprodução da força de trabalho desta mão-de-obra migratória qualificada. Evidencia-se que a oferta de serviços ligados à reprodução da força de trabalho, como citado nas quatro categorias de serviços de apoio ao capital nos moldes definidos por Lemos acima, também é de fundamental importância para a própria acumulação de capital.

Sob outra ótica, a partir da esfera do consumo, a cidade pode ser compreendida como em CASTELLS (1983), que define o centro urbano como lócus privilegiado da reprodução da força de trabalho. O autor aponta como elemento essencial para tal reprodução a moradia, que “provoca, em caso de crise, um ponto de estrangulamento importante no processo de produção” (CASTELLS, 1983: 187), e demonstra que os

mecanismos de mercado são ineficientes no que diz respeito à oferta de moradias, a partir da indicação da citação de Engels pelo próprio autor:

“Uma sociedade não pode existir sem crise de moradia, quando a grande massa dos trabalhadores só dispõe exclusivamente de seu salário, quer dizer, da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução” (ENGELS apud CASTELLS, 1983: 182).

A causalidade no argumento de Castells parte do crescimento industrial na metrópole, força atrativa de mão-de-obra, para um aumento da demanda de serviços para a reprodução da força de trabalho, que cria o problema citado acima:

“(…) quanto maior a taxa de crescimento industrial (capitalista), mais intenso é o crescimento urbano, maior é a tendência à concentração em grandes aglomerações e maior é a penúria de moradias como também a deterioração do patrimônio imobiliário” (CASTELLS, 1983: 188).

A moradia seria assim parte de um conjunto de meios de consumo coletivo, que compreendem também equipamentos urbanos de uso coletivo como transportes, escolas, hospitais, parques e outros serviços coletivos ligados à reprodução da força de trabalho.

Mais amplamente do que Castells, que se restringe à esfera do consumo (embora explicitado como indispensável à reprodução mais ampla do capital, podendo constituir fator de estrangulamento), Lojkin engloba a esfera da produção em sua definição do urbano, onde os equipamentos coletivos são necessários não somente à reprodução da força de trabalho, mas também à reprodução do capital mais amplamente, chamando atenção para a baixa lucratividade intrínseca à oferta de infra-estrutura urbana, tornando-a pouco atrativa à iniciativa privada, o que faz a presença do Estado no provimento de tais bens coletivos indispensável à própria reprodução do capital. O autor inclui dentre as Condições Gerais da Produção não só os meios de comunicação e transporte (e os meios de consumo coletivo, como em Castells), mas também outros elementos da infra-estrutura de produção industrial capitalista, como centros de pesquisa científica, universidades, escolas politécnicas, zonas industriais, centros de comércio, serviços financeiros e de saúde, entre outros, indicando que a aglomeração é imprescindível para a viabilidade de tais elementos que requerem uma escala mínima de

utilização, e afirma que “a cidade, a região e os diversos tipos de aglomeração espacial seriam a combinação de infra-estruturas em parte indissociáveis, estreitamente complementares, que forneceriam uma base indispensável às diferentes atividades” (LOJKINE, 1981: 158).¹⁶ O centro urbano seria assim resultado de uma cooperação para cumprir a escala mínima necessária ao provimento das CGP e, portanto, diminuir custos de capital. O caráter coletivo de todos os elementos componentes das CGP que os diferem de meios de consumo individuais se baseia, segundo o autor, no fato de que o valor de uso destes é coletivo “no sentido de que se dirige não a uma necessidade particular de um indivíduo mas a uma necessidade social que só pode ser satisfeita coletivamente” (LOJKINE, 1981: 132). E há uma dificuldade de se agrupar tais bens coletivos ao lado de mercadorias individuais, devido também à difícil indivisibilidade e mobilidade: “os meios de consumo coletivos têm enfim a característica de não possuir valores de uso que se coagulem em produtos materiais separados, exteriores às atividades que os produziram” (LOJKINE, 1981: 134).

LEMOS (1988) faz uma leitura crítica interessante de ambos autores acima, apontando em primeiro lugar, assim como o próprio Lojkine o faz, para a unilateralidade do argumento de Castells, que se limita à problemática da reprodução da força de trabalho, parte restrita do “amplo espectro de circulação”. Quanto a Lojkine, Lemos propõe que a definição de centro urbano do autor também é restrita, se limitando aos serviços e meios de consumo coletivos (a diferença entre os dois segundo Lemos seria simplesmente que Lojkine considera os meios coletivos mais amplamente, mas também se limitando ao coletivo), argumentando que recentemente vem ocorrendo uma crescente mercantilização dos serviços, que progressivamente deixam de ser coletivos e se tornam individuais: “a tendência à aglomeração entendida unicamente pelo caráter ‘coletivo’ de determinados serviços acaba por se tornar uma proposição incongruente, uma vez que vários tipos de serviços podem ser considerados de ‘consumo individualizado’, embora mantenham a característica geral de incentivar a aglomeração (...). Os exemplos são inúmeros e vão desde o táxi (em contraposição ao ônibus que é coletivo), passando pela grande maioria dos serviços médicos até muitos serviços

¹⁶ No anexo 1 a este artigo encontram-se dados de matrículas no ensino superior para os municípios-chave que constituem o recorte regional adotado neste trabalho (RMBH e centralidades emergentes do Entorno Metropolitano). Tais dados permitem visualizar uma dinâmica recente de crescimento substancial do Ensino Superior no Entorno Metropolitano, representativo das CGP como descritas por Lojkine, 1981.

administrativos ou de assistência técnica ao consumidor” (LEMOS, 1988. Pág. 232) . A partir desta ótica, um centro urbano poderia perfeitamente prover os serviços necessários à reprodução do capital dentro das quatro categorias definidas pelo autor descritas acima sem necessariamente fazê-lo na escala metropolitana, de forma coletiva. Assim, a abordagem de Lemos propõe um conceito mais amplo e aberto de centro urbano, não dependendo da escala mínima elevada para a oferta dos serviços coletivos que compõem as CGP como proposto por Lojkine, podendo englobar cidades de porte médio polarizadoras das regiões em seu entorno como proposto neste estudo. Lemos tenta aproximar seu conceito de centro urbano daquele proposto por Max Weber, segundo o qual toda cidade é um “local de mercado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da urbanização extensiva, tomado enquanto resultado-síntese dos processos de explosão urbana e de extensão do meio-técnico-científico-informacional pelo espaço, permitiu a emergência de novas centralidades no entorno metropolitano. O presente trabalho assumiu uma perspectiva microespacial com vistas a investigar tais mudanças no caráter da tessitura econômico-espacial da região de influência de Belo Horizonte nos anos recentes.

As cidades e sua organização em redes são fenômenos que obedecem às leis de acumulação capitalistas. O espaço construído mantenedor da base econômica impõe resistências à alteração do padrão locacional em virtude das relações técnicas estabelecidas e das economias de aglomeração consolidadas. Todavia, as transformações tecnológicas contemporâneas associadas ao meio técnico-científico-informacional contorna em alguma medida esses obstáculos. O advento do meio-técnico-científico-informacional (MTCI) corresponde à superposição de engenharias ao território (transportes e comunicações), conferindo maior fluidez aos agentes produtores do espaço, flexibilizando e mesmo “deslocalizando” os espaços econômicos, mormente no que tange as atividades atreladas ao setor terciário, às quais se somam os chamados meios de consumo coletivos, capazes de cristalizar o capital no espaço, propiciando uma medida da densidade urbana. As vantagens da localização passam fundamentalmente pela existência de ligações fáceis com outras localidades, equipamentos e serviços de todo o tipo, enfim, o conjunto das infra-estruturas urbanas representadas pelas

condições gerais da produção. A extensão destas condições gerais a espaços regionais mais amplos a partir da explosão do núcleo metropolitano constitui razão importante do aumento da densidade urbana das cidades de menor porte. O MTCI favoreceu o espraiamento das condições gerais da produção pelas cidades de menor porte, de sorte que estas possam dispor de bens e serviços centrais antes só encontrados no núcleo da célula metropolitana, com importantes impactos sobre a curva de demanda no espaço.

As cidades de médio e pequeno portes passaram a ofertar serviços mais avançados que as tornam *lugares centrais* de maior ordem que em períodos anteriores, polarizando mais intensamente as regiões em seu entorno, que passam a depender menos da metrópole quanto ao provimento de serviços centrais. O crescimento do setor de serviços em tais cidades seria assim, resultado das dinâmicas propostas acima, quais sejam, extensão das Condições Gerais da Produção e do Meio Técnico-Científico-Informacional, que significam a presença de serviços avançados; e aumento da importância econômica local que possibilita a demanda efetiva por tais serviços, encurtando os deslocamentos.

Evidencia-se assim uma desconcentração das atividades econômicas ao nível microespacial, caracterizada pela emergência de novas centralidades no entorno metropolitano, que ganham relativa autonomia em relação a Belo Horizonte no que tange à provisão de bens e serviços centrais. Estas centralidades emergentes deixam de ser simples “cidades” para alcançar o status de centro urbano, redefinindo a estrutura hierárquica da rede de cidades a partir de um aumento do peso relativo de suas economias frente a metrópole. Cumpre concluir salientando que uma efetiva desconcentração que permita uma adequada distribuição da população no espaço e configure uma rede de cidades de forma mais equilibrada exige transformações econômicas e sócio-espaciais mais profundas e só é possível em fases expansivas da economia, quando as novas regiões tendem a crescer em ritmo mais intenso que as tradicionais. Isto porque a desconcentração se dá principalmente por meio da instalação de novas unidades produtivas e não em função da mobilidade das unidades já existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, Manuel.1983. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CHRISTALLER, Walter.1966. **Central Places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice Hall.
- DINIZ, Clélio.1987. **Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP. (Tese de doutoramento).
- ENGELS, Friederich, 1957. **A Questão da Moradia**. Paris: Ed. Sociales.
- LEFEBVRE, Henri.1999. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG.
- LEFEBVRE, Henri. 2001. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro.
- LEMOS, Maurício.1988. **Espaço e Capital: Um estudo da dinâmica centro x periferia**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP. (Tese de doutoramento).
- LEMOS, Mauro et alli. 2000. **A Nova Geografia Econômica do Brasil: uma proposta de regionalização com base nos pólos econômicos e suas áreas de influência**. Diamantina: Mesa Redonda do IX Seminário sobre a Economia Mineira. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pronex.
- LOJKINE, Jean. 1981. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes.
- LÖSCH, August. 1954. **The Economics of Location**. New Haven: Yale University Press.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. 1994. **Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: um olhar ambiental**. In: SANTOS, M. et alli (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. 2003. **Outras Fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira**. In: CASTRIOTA, L. (org.) *Urbanização Brasileira: Redescobertas*. Belo Horizonte: IAB: Editora C/ Arte.
- NORTH, Douglas.1977. **Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional**. In: SCHWARTZMAN, J. (org.). *Economia Regional: Textos Escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE-MINTER.
- SANTOS, Milton.1979. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- SANTOS, M. 1988. **O Meio Técnico-Científico e a Urbanização no Brasil**. In: Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano VIII, nº25. São Paulo.

SANTOS, Milton. 1993. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec.

SINGER, Paul. **A Economia dos Serviços**. In: *Estudos CEBRAP n° 24*, Pág. 129 apud LEMOS, Maurício. Espaço e Capital: um estudo sobre a dinâmica centro x periferia. 1988. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP.

ANEXO 1: Matrículas no Ensino Superior

MUNICÍPIO	2000	2002
BELO HORIZONTE	73806	93407
BETIM	2984	4407
BOM DESPACHO	98	771
CARATINGA	3162	3432
CONS. LAFAIETE	984	1992
CONTAGEM	3124	3670
CEL. FABRICIANO	2094	3725
CURVELO	863	963
DIAMANTINA	1045	1111
DIVINOPOLIS	4048	5481
FORMIGA	2206	2865
IBIRITE	0	271
IPATINGA	966	2020
ITABIRA	931	1539
ITAUNA	4090	5140
JOAO MONLEVADE	1105	1305
MANHUACU	436	50
NOVA LIMA	2945	3244
OLIVEIRA	0	71
OURO PRETO	2826	3561
PARA DE MINAS	711	972
PEDRO LEOPOLDO	899	1496
PONTE NOVA	367	708
SABARA	265	444
SANTA LUZIA	0	604
SAO JOAO DEL REI	3218	3249
SETE LAGOAS	2269	3936
TIMOTEO	888	488
VESPASIANO	0	204
TOTAL	116330	151126

Fonte: INEP

ANEXO 2: Disponibilidade de Bens e Serviços Urbanos. Região Metropolitana e Entorno Metropolitano

Município	TVcabo	INTERNET	Ginásio poliesportivo		Videolocadora	Shopping AM	Rádio		Bibliotecas pública	Cinema	Teatros	Museus	Jornais	
			ou estádio	Livraria			AM	FM					diários	
Belo Horizonte (MG)	sim	sim	sim	sim	sim	sim	7	12	9	21	22	8	7	
Betim (MG)	não	sim	sim	sim	sim	sim	0	1	1	3	0	0	10	
Bom Despacho (MG)	não	sim	sim	não	sim	não	1	2	1	0	1	1	6	
Caratinga (MG)	sim	sim	sim	sim	sim	não	1	4	1	0	0	0	6	
Conc. Mato Dentro (MG)	não	não	sim	não	sim	não	0	1	1	0	0	0	2	
Cons. Lafaiete (MG)	sim	sim	não	sim	sim	não	2	1	1	2	2	1	5	
Contagem (MG)	não	sim	sim	sim	sim	sim	2	1	1	5	2	0	13	
Coronel Fabriciano (MG)	não	não	sim	sim	sim	não	1	1	1	0	1	0	6	
Curvelo (MG)	não	sim	sim	sim	sim	não	1	2	1	1	1	0	0	
Diamantina (MG)	não	sim	sim	sim	sim	não	1	2	1	0	1	1	4	
Divinópolis (MG)	sim	sim	sim	sim	sim	-	2	4	1	1	1	2	11	
Formiga (MG)	não	sim	sim	sim	sim	sim	8	7	1	0	0	1	6	
Guanhães (MG)	não	não	sim	sim	sim	não	0	4	1	0	0	0	2	
Ibirité (MG)	não	não	sim	sim	sim	não	0	0	1	0	1	1	4	
Ipatinga (MG)	não	sim	sim	sim	sim	sim	1	2	1	3	4	0	7	
Itabira (MG)	não	sim	sim	sim	sim	não	1	5	1	1	1	1	10	
Itaguara (MG)	não	não	sim	não	sim	não	0	1	1	0	0	0	1	
Itaúna (MG)	sim	sim	sim	sim	sim	não	1	5	1	0	2	1	0	
João Monlevade (MG)	sim	sim	sim	sim	sim	não	1	3	1	0	0	0	2	
Manhuaçu (MG)	não	sim	sim	sim	sim	sim	2	1	1	0	4	0	6	
Nova Lima (MG)	não	sim	sim	sim	sim	não	1	0	1	0	1	1	3	
Oliveira (MG)	não	sim	sim	sim	sim	não	1	1	1	0	1	0	8	
Ouro Preto (MG)	não	não	sim	sim	sim	não	1	0	1	1	1	6	7	
Pará de Minas (MG)	não	sim	sim	não	sim	não	1	1	2	0	2	1	6	
Pedro Leopoldo (MG)	não	sim	sim	sim	sim	sim	0	2	1	1	0	0	4	
Piuí (MG)	não	sim	sim	sim	sim	não	0	1	1	0	0	0	4	

Fonte: SNIU: Min. Cidade s

Município	TVcabo	INTERNET	Ginásio poliesportivo ou estádio	Livraria	Videolocadora	Shopping AM	Rádio AM	Rádio FM	Bibliotecas pública	Cinema	Teatros	Museus	Jornais diários
Ponte Nova (MG)	não	sim	sim	sim	sim	sim	2	1	1	0	0	0	15
Ribeirão das Neves (MG)	não	não	sim	não	sim	não	0	0	1	0	0	0	5
Sabará (MG)	não	não	sim	sim	sim	não	0	4	1	0	2	1	7
Santa Luzia (MG)	não	não	sim	sim	sim	não	0	0	4	0	1	1	0
São João del Rei (MG)	não	sim	sim	sim	sim	não	2	2	1	1	7	7	7
Sete Lagoas (MG)	sim	sim	sim	sim	sim	não	2	2	1	2	1	1	8
Timóteo (MG)	não	sim	sim	não	sim	não	1	0	1	0	1	1	6
Três Marias (MG)	não	sim	sim	sim	sim	não	0	2	5	0	0	0	3
Vespasiano (MG)	-	sim	sim	-	sim	sim	1	4	1	0	1	1	4

Fonte: SNIU: Min. Cidades.